

**PARECER JURÍDICO nº 011/2024**

**RELATÓRIO**

Encaminhado o expediente para confecção de parecer jurídico o **Projeto de Lei nº 10.2023**, com a seguinte Matéria/ Ementa: “***Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar contratações temporárias, de excepcional interesse público e dá outras providências.***”

O PL diz respeito à contratação temporária de 01 Tutor de Contabilidade e Administração e 01 Tutor de Educação Ambiental.

As contratações são destinadas a atender o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Município de Serafina Corrêa e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 4.152, de 26 de abril de 2023.

A seleção dos profissionais se dará por meio da realização de Processo Seletivo Simplificado e as contratações terão vigência até o término do calendário letivo de 2024.

**II FUNDAMENTAÇÃO**

A iniciativa do Projeto de Lei encontra-se em conformidade com a Constituição Federal (artigo 30, inciso I e art. 61, § 1º, inciso II) e a Lei Orgânica Municipal (art. 10, incisos I e XXXVI).

Nos artigos 192 e 193 da Lei Municipal 2248/2006, há previsão que poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público e o artigo 37, IX da Constituição Federal estabelece que as contratações temporárias estarão dispostas em **Lei Municipal específica**.

**III – CONCLUSÃO**

Opina-se pela viabilidade jurídica do Projeto de Lei nº 10, de 2024.

Serafina Corrêa, 16 de fevereiro de 2024

Camila Dors Gasparotto – OABRS 98969